

**Dinâmica da alocação do crédito rural no estado do Amazonas:
uma análise das finalidades de comercialização e industrialização (2013–2024)¹**

*Dynamics of rural credit allocation in the state of Amazonas:
an analysis of marketing and industrialization purposes (2013–2024)*

Paulo Augusto Ferreira Maciel

Universidade Federal do Amazonas. Manaus, Amazonas (AM), Brasil

Andreia Brasil Santos

Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Amazonas (AM), Brasil

Marília Carvalho Brasil

Universidade Federal do Amazonas. Manaus, Amazonas (AM), Brasil

GT11. Elaboração e análise de política para agropecuária

Resumo:

O crédito rural constitui um dos principais instrumentos da política agrícola brasileira, desempenhando papel relevante no financiamento da produção agropecuária e no estímulo ao desenvolvimento rural. Neste contexto, este estudo analisa a dinâmica da alocação do crédito rural no estado do Amazonas, com ênfase nas finalidades de comercialização e industrialização no período de 2013 a 2024. A pesquisa utiliza dados do Sistema de Operações do Crédito Rural (SICOR), disponibilizados pelo BACEN, referentes às operações de financiamento concedidas no estado ao longo do período analisado. A abordagem metodológica baseia-se em análise comparativa das operações de crédito, permitindo identificar padrões de concentração e mudanças na estrutura do financiamento agrícola regional. Os resultados indicam que o crédito rural no Amazonas apresenta variações ao longo do tempo, refletindo mudanças nas diretrizes da política agrícola e nas condições de acesso ao financiamento pelos produtores rurais. Observa-se forte predominância das modalidades de custeio e investimento, que concentram maior parte dos recursos destinados à atividade agropecuária, enquanto as modalidades comercialização e industrialização apresentam participação reduzida. A análise também evidencia concentração territorial das operações em determinados municípios, sugerindo a existência de assimetrias regionais no acesso aos recursos. Esses resultados indicam que, embora o crédito rural desempenhe papel importante no financiamento da produção agropecuária no Amazonas, persistem desafios relacionados à ampliação do acesso ao crédito e ao fortalecimento das etapas de agregação de valor nas cadeias produtivas regionais. O estudo contribui para a literatura ao ampliar as evidências empíricas sobre a dinâmica do crédito rural em regiões amazônicas e destaca a importância de políticas públicas voltadas à ampliação da inclusão financeira rural e ao fortalecimento do desenvolvimento territorial.

Palavras-chave: Crédito Rural; Amazonas; Comercialização; Industrialização.

Abstract:

Rural credit is one of the main instruments of Brazilian agricultural policy, playing a relevant role in financing agricultural production and promoting rural development. In this context, this study analyzes the dynamics of rural credit allocation in the state of Amazonas, with emphasis on the purposes of commercialization and agro-industrialization between 2013 and 2024. The research uses data from the Rural Credit Operations System (SICOR), provided by the Banco Central do Brasil, covering financing operations granted in the state during the analyzed period. The methodological approach is based on comparative statistical analysis of credit operations, allowing the identification of concentration patterns and changes in the structure of regional agricultural financing. The results indicate that rural credit in Amazonas shows variations over time, reflecting changes in agricultural policy guidelines and in producers' access to financing. A strong predominance of funding and investment modalities is observed, concentrating most of the resources allocated to agricultural activities, while the modalities

¹ Este artigo é uma versão revisada e ampliada da pesquisa realizada no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, com financiamento da Instituição de origem dos autores, realizada no período de agosto/2024 a julho/2025.

related to commercialization and agro-industrialization present a relatively small share. The analysis also reveals a territorial concentration of credit operations in specific municipalities, suggesting the existence of regional asymmetries in access to financial resources. These findings indicate that although rural credit plays an important role in financing agricultural production in Amazonas, challenges remain regarding the expansion of access to credit and the strengthening of value-added stages in regional production chains. The study contributes to the literature by expanding empirical evidence on the dynamics of rural credit in Amazonian regions and highlights the importance of public policies aimed at increasing rural financial inclusion and strengthening territorial development.

Keywords: Rural Credit; Amazonas; Commercialization; Industrialization; Public Policies.

1. Introdução

O crédito rural constitui um dos principais instrumentos de política pública voltados ao fortalecimento da agricultura no Brasil, contribuindo para a viabilização de investimentos produtivos, a incorporação de tecnologias e a ampliação da capacidade produtiva dos estabelecimentos agropecuários. Ao reduzir restrições financeiras enfrentadas pelos produtores, o financiamento rural favorece a modernização da produção, o aumento da produtividade e a integração aos mercados (Costa; Vieira Filho, 2018). Nesse contexto, políticas de financiamento rural têm sido amplamente utilizadas como mecanismos de estímulo ao desenvolvimento agrícola e de redução de desigualdades regionais no acesso aos meios de produção.

A institucionalização dessa política ocorreu com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) na década de 1960, que estruturou instrumentos financeiros voltados ao financiamento da produção agropecuária e à modernização do setor (Bacha, 2018). Desde então, o sistema passou por diversas reformulações, incorporando novos programas e fontes de financiamento destinados a produtores com diferentes perfis socioeconômicos e produtivos (Delgado, 2012).

Apesar de sua importância, diversos estudos apontam que a distribuição do crédito rural no Brasil apresenta assimetria regional e setorial, refletindo diferenças estruturais na organização da produção agropecuária e no acesso aos instrumentos financeiros (Bacha, 2018; Gasques et al., 2023). Em geral, a maior parte dos recursos concentra-se nas modalidades de custeio e investimento, que historicamente absorvem a maior parcela do financiamento ao setor agropecuário (Belik, 2015). Em contrapartida, as finalidades de comercialização e industrialização tendem a receber menor volume de recursos, o que pode limitar o desenvolvimento de etapas posteriores das cadeias produtivas, como armazenamento, processamento e agregação de valor à produção (Gasques et al., 2023).

Estudos indicam que o crédito destinado à comercialização e à industrialização pode contribuir para o fortalecimento das cadeias agroindustriais e para a ampliação da inserção dos produtores nos mercados (Belik 2015; Bacha, 2018; Buainain et al., 2014). Ao financiar atividades relacionadas ao processamento, armazenamento e organização da comercialização, essas modalidades podem reduzir perdas pós-colheita, melhorar a capacidade de negociação dos produtores e ampliar a geração de valor agregado nas atividades agrícolas (Gasques et al., 2023; Buainain et al., 2014).

Essa lacuna torna-se ainda mais relevante no contexto da Região Amazônica, cujas características territoriais e logísticas impõem desafios adicionais à organização das atividades produtivas. No estado do Amazonas, fatores como grandes distâncias geográficas, limitações de infraestrutura de transporte e armazenamento e a dispersão espacial dos produtores influenciam o acesso e a aplicação dos recursos de crédito rural. Nessas condições, o financiamento destinado às etapas de comercialização e industrialização pode assumir papel estratégico para o fortalecimento das cadeias produtivas e para a ampliação das oportunidades de geração de renda no meio rural.

Apesar dessa importância, ainda são escassos os estudos que analisam de forma sistemática a distribuição do crédito rural nessas finalidades no contexto amazônico, especialmente no estado do Amazonas. Grande parte das pesquisas concentra-se em análises agregadas em nível nacional ou em regiões com maior dinamismo agropecuário, como o Centro-Oeste e o Centro-Sul do país, o que limita a compreensão sobre a dinâmica territorial do crédito em regiões com maiores restrições estruturais ao desenvolvimento agrícola.

Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo geral analisar a dinâmica da alocação do crédito rural no estado do Amazonas, com ênfase nas finalidades de comercialização e industrialização no período de 2013 a 2024. Especificamente, busca-se: (a) comparar o acesso e a aplicação do crédito rural entre os municípios amazonenses; e, (b) identificar, a partir da literatura científica, as contribuições do crédito destinado à comercialização e industrialização para o desenvolvimento agropecuário.

A relevância desta pesquisa reside na possibilidade de ampliar a compreensão sobre a dinâmica de acesso e aplicação do crédito rural em um contexto regional ainda pouco explorado pela produção acadêmica. Ao examinar a distribuição territorial dos recursos e o papel das modalidades de comercialização e industrialização no financiamento da atividade agropecuária, o estudo contribui para o debate sobre a efetividade das políticas de crédito rural em regiões periféricas da economia brasileira, além de fornecer subsídios para o aprimoramento de

políticas públicas voltadas ao fortalecimento das cadeias produtivas no estado do Amazonas e na Região Amazônica.

2. Revisão da Literatura

2.1 Crédito rural e desenvolvimento agrícola

O crédito rural desempenha papel fundamental no funcionamento das economias agrícolas, sobretudo em contextos nos quais os produtores enfrentam restrições de liquidez e acesso limitado a mecanismos formais de financiamento. A atividade agropecuária apresenta características específicas, como elevada dependência de fatores naturais, sazonalidade da produção e ciclos produtivos relativamente longos, o que frequentemente gera necessidade de capital antecipado para a realização das atividades produtivas. Nesse cenário, o crédito constitui instrumento essencial para viabilizar investimentos, custear a produção e reduzir as restrições financeiras enfrentadas pelos produtores (Bacha, 2018; Belik, 2015).

Estudos sobre o tema destacam que a disponibilidade de crédito exerce influência direta sobre a adoção de tecnologias, a modernização da produção e a expansão da produtividade agrícola. Ao possibilitar a aquisição de insumos, máquinas e equipamentos, o financiamento contribui para aumentar a eficiência produtiva e promover a integração dos produtores aos mercados (Gasques et al., 2023; Vieira Filho; Gasques, 2016). Nesse sentido, políticas públicas de crédito rural têm sido amplamente utilizadas como instrumentos de estímulo ao desenvolvimento agrícola e à redução das desigualdades regionais no acesso aos meios de produção (Delgado, 2012).

No caso brasileiro, o crédito rural assume papel particularmente relevante em razão da heterogeneidade estrutural do setor agropecuário. A agricultura brasileira caracteriza-se pela coexistência de diferentes formas de produção, que vão desde sistemas altamente capitalizados e integrados aos mercados internacionais até pequenas unidades produtivas com acesso limitado a recursos financeiros e tecnológicos (Buainain et al., 2014; Schneider; Cassol, 2013). Nesse contexto, o crédito rural tem sido historicamente utilizado como instrumento de política agrícola para apoiar a produção, estimular investimentos e promover a inclusão produtiva de diferentes segmentos de produtores (Belik, 2015; Bittencourt, 2003).

Diversos estudos indicam que o acesso ao crédito pode contribuir para a ampliação da produção e para o aumento da renda dos produtores rurais, sobretudo quando associado a políticas complementares de assistência técnica, infraestrutura e organização da produção (Buainain et al., 2014; Vieira Filho; Fishlow, 2017). Entretanto, a produção acadêmica e

científica também aponta que a distribuição do crédito rural apresenta importantes desigualdades regionais e produtivas, refletindo diferenças estruturais no desenvolvimento agrícola e na capacidade de acesso aos instrumentos financeiros (Gasques et al., 2023).

2.2 Evolução institucional e marco regulatório do crédito rural no Brasil

O crédito rural no Brasil possui como principal marco jurídico a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, responsável por instituir o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Essa legislação estabeleceu as bases institucionais para o financiamento da atividade agropecuária no país, definindo o crédito rural como o “suprimento de recursos financeiros por entidades públicas e estabelecimentos de crédito particulares a produtores rurais ou a suas cooperativas para aplicação exclusiva em atividades que se enquadrem nos objetivos indicados na legislação em vigor” (Brasil, 1965). A criação do SNCR representou um avanço institucional importante ao reconhecer o crédito como instrumento estratégico de política pública voltado ao desenvolvimento do setor agropecuário.

O objetivo central da Lei nº 4.829/1965 consiste em garantir os meios financeiros necessários para a expansão da produção agropecuária, considerando as especificidades da economia rural, como a sazonalidade das atividades produtivas e os riscos inerentes à produção agrícola (Lopes; Lowery; Peroba, 2016). Nesse contexto, o crédito rural passou a desempenhar papel fundamental na promoção da modernização da agricultura, no aumento da produtividade e na ampliação da capacidade produtiva dos estabelecimentos agropecuários.

Durante as décadas de 1960 e 1970, o crédito rural desempenhou papel fundamental no processo de modernização da agricultura brasileira. Nesse período, as políticas de financiamento estiveram diretamente associadas à adoção de tecnologias modernas, à utilização de insumos industriais e à mecanização da produção. O crédito foi amplamente utilizado como instrumento de política agrícola para estimular a expansão da fronteira agrícola e aumentar a produção agropecuária, contribuindo para a consolidação de um modelo produtivo mais intensivo em capital e tecnologia (Delgado, 2012; Mueller, 2010).

A partir da década de 1980, mudanças no contexto macroeconômico levaram à reformulação das políticas de financiamento do setor. A crise fiscal do Estado e o processo de estabilização econômica reduziram a participação dos recursos públicos no crédito rural, ampliando o papel de fontes privadas de financiamento. Nas décadas seguintes, o sistema passou por um processo de diversificação institucional, com a criação de novos programas voltados a diferentes perfis de produtores. Entre eles destaca-se o Programa Nacional de

Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que ampliou o acesso ao crédito para agricultores familiares e contribuiu para a inclusão produtiva no meio rural (Belik, 2015; Gasques et al., 2023; Schneider; Cassol, 2013; Mattei, 2015).

Embora a Lei nº 4.829/1965 permaneça como base normativa do crédito rural brasileiro, sua operacionalização é continuamente atualizada por meio de regulamentações complementares. Essas normas são definidas principalmente pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e operacionalizadas por meio do Manual de Crédito Rural (MCR), instrumento atualizado periodicamente pelo Banco Central do Brasil. Esse conjunto de regulamentações permite adaptar os instrumentos de financiamento às transformações econômicas e às necessidades do setor agropecuário (BACEN, 2025).

A legislação também estabelece a classificação do crédito rural segundo suas principais finalidades operacionais. O crédito para custeio é destinado a “cobrir despesas normais de produção rural”, como aquisição de insumos, pagamento de mão de obra e demais custos operacionais da produção. O crédito para investimento é utilizado para “inversões em bens e serviços cujos desfrutes se realizem durante vários períodos produtivos”, como a aquisição de máquinas, equipamentos e infraestrutura produtiva. Já o crédito para comercialização são “recursos destinados a cobrir despesas próprias da fase sucessiva à coleta da produção, como sua estocagem, transporte ou monetização de títulos oriundos da venda pelos produtores”. Por fim, o crédito para industrialização apoia o “beneficiamento de produtos agropecuários por cooperativas ou pelo produtor em sua propriedade rural, como colocação de embalagens e rótulos, materiais auxiliares, encargos, mão-de-obra, serviços e outros” (Brasil, 1965, p.1).

Apesar das transformações institucionais observadas ao longo das últimas décadas, a literatura aponta que a distribuição do crédito rural no Brasil ainda apresenta importantes desigualdades regionais e setoriais. Em geral, os recursos tendem a se concentrar em regiões com maior dinamismo agropecuário e em segmentos produtivos mais capitalizados, que possuem maior capacidade de acesso aos instrumentos financeiros disponíveis. Essas assimetrias reforçam a importância de análises empíricas voltadas à compreensão da distribuição territorial do crédito rural e de seus efeitos sobre o desenvolvimento regional (Belik, 2015).

Nesse contexto, o crédito rural consolidou-se como um dos principais instrumentos da política agrícola brasileira, não apenas como mecanismo de financiamento da produção, mas também como ferramenta estratégica para o fortalecimento das cadeias produtivas e para a promoção do desenvolvimento socioeconômico no meio rural.

2.3 Estrutura e fontes de financiamento do crédito rural

O sistema de crédito rural brasileiro é financiado por diferentes fontes de recursos, que incluem tanto instrumentos de natureza pública quanto mecanismos de financiamento privado. Entre as principais fontes destacam-se os recursos obrigatórios oriundos dos depósitos à vista das instituições financeiras, os recursos da poupança rural, os fundos constitucionais de financiamento regional e outras fontes complementares de crédito agrícola (Bacha, 2018; Gasques et al., 2023).

Os recursos obrigatórios constituem uma das principais fontes de financiamento do crédito rural no país. De acordo com a regulamentação do sistema financeiro nacional, parte dos depósitos à vista captados pelas instituições financeiras deve ser direcionada ao financiamento das atividades agropecuárias. Esse mecanismo funciona como instrumento de política pública voltado à garantia de recursos mínimos para o financiamento da produção agrícola (Belik, 2015).

Outra fonte relevante de financiamento é a poupança rural, cujos recursos também são direcionados ao financiamento das atividades agropecuárias. Esse instrumento tem adquirido importância crescente nas últimas décadas, contribuindo para ampliar a disponibilidade de recursos destinados ao crédito rural e para diversificar as fontes de financiamento do setor (Gasques et al., 2023; Vieira Filho; Gasques, 2016).

Além dessas fontes, os fundos constitucionais de financiamento regional desempenham papel importante no apoio às atividades produtivas em regiões menos desenvolvidas do país. Esses fundos foram criados com o objetivo de promover o desenvolvimento regional por meio do financiamento de atividades produtivas, incluindo o setor agropecuário. No caso da Região Norte, destaca-se o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), que constitui importante instrumento de apoio às atividades econômicas regionais (Grisa, Schneider, 2015).

Apesar da diversidade de fontes e instrumentos disponíveis, estudos indicam que a distribuição dos recursos do crédito rural tende a apresentar forte concentração em determinadas modalidades de financiamento. Em geral, as operações de custeio e investimento respondem pela maior parte dos recursos destinados ao setor agropecuário, enquanto modalidades voltadas à comercialização e à industrialização apresentam participação relativamente menor no volume total de crédito rural (Belik, 2015).

2.4 Crédito rural, comercialização e agregação de valor nas cadeias produtivas

Estudos sobre desenvolvimento agrícola destaca que a competitividade das atividades agropecuárias não depende apenas da produção primária, mas também da capacidade de organização das etapas posteriores da cadeia produtiva, incluindo armazenamento, processamento, industrialização e comercialização da produção. Essas atividades desempenham papel fundamental na agregação de valor aos produtos agrícolas e na ampliação das oportunidades de geração de renda no meio rural (Buainain et al., 2014; Vieira Filho; Fishlow, 2017).

Nesse contexto, o financiamento das etapas de comercialização e industrialização assume importância estratégica para o fortalecimento das cadeias produtivas agrícolas. O crédito destinado à comercialização pode contribuir para reduzir perdas pós-colheita, melhorar a capacidade de armazenamento da produção e ampliar o poder de negociação dos produtores nos mercados (Belik, 2015; Bittencourt, 2003).

Da mesma forma, o crédito voltado à industrialização pode viabilizar investimentos em processamento e beneficiamento da produção, favorecendo a agregação de valor e a diversificação das atividades econômicas no meio rural. Essas iniciativas podem contribuir para fortalecer a organização econômica dos produtores e estimular o desenvolvimento de atividades agroindustriais vinculadas às cadeias produtivas locais (Buainain et al., 2014; Delgado, 2012).

Apesar dessa importância potencial, estudos indicam que o crédito rural destinado às finalidades de comercialização e industrialização ainda apresenta participação relativamente limitada no volume total de financiamento do setor agropecuário. De modo geral, essas modalidades recebem menor volume de recursos quando comparadas às operações de custeio e investimento, que historicamente concentram a maior parte do financiamento agrícola (Gasques et al., 2023).

Essa característica torna-se particularmente relevante em contextos regionais nos quais a estrutura produtiva apresenta limitações relacionadas à infraestrutura de comercialização e à capacidade de processamento da produção agrícola. No caso da Região Amazônica, fatores como grandes distâncias geográficas, dificuldades logísticas e limitações de infraestrutura podem restringir a inserção dos produtores nos mercados e dificultar a agregação de valor à produção. Nesses contextos, o crédito voltado às etapas de comercialização e industrialização pode desempenhar papel importante no fortalecimento das cadeias produtivas regionais e na ampliação das oportunidades de desenvolvimento econômico no meio rural.

3. Metodologia

A presente pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, documental e quantitativa, com natureza exploratória e descritiva, tendo como objetivo analisar a dinâmica da alocação do crédito rural no estado do Amazonas, com ênfase nas finalidades de comercialização e industrialização, no período de 2013 a 2024.

A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir da consulta a livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos institucionais relacionados ao crédito rural no Brasil. Essa etapa permitiu identificar os principais referenciais teóricos sobre o funcionamento do sistema de crédito rural, suas fontes de financiamento e seus impactos no desenvolvimento agrícola, além de evidenciar lacunas nos estudos sobre o tema na Amazônia.

A pesquisa documental baseou-se em dados secundários do Sistema de Operações de Crédito Rural e do Proagro (SICOR), mantido pelo Banco Central do Brasil, principal base de dados sobre operações de crédito rural no país. Foram coletadas informações referentes aos municípios do estado do Amazonas que registraram operações no período analisado.

Os dados foram organizados em planilhas contendo informações sobre ano da operação, município, finalidade do crédito, programa de financiamento, número de contratos e valor financiado. As finalidades foram classificadas conforme estabelece os termos da Lei nº 4.829/1965, que institucionalizou o crédito rural no Brasil, com destaque para as operações destinadas às finalidades comercialização e industrialização da produção agropecuária.

Após a coleta, os dados foram tabulados e estruturados em um banco de dados que possibilitou a análise temporal e espacial da distribuição do crédito rural no Amazonas. Para garantir comparabilidade ao longo do tempo, os valores financeiros foram corrigidos monetariamente para o ano de 2024, eliminando os efeitos da inflação e permitindo a análise em termos reais.

A análise dos dados foi realizada para examinar a evolução temporal do crédito rural no Amazonas, a participação relativa das diferentes finalidades do financiamento e a distribuição dos recursos entre os municípios.

A integração entre revisão bibliográfica e análise quantitativa dos dados do SICOR possibilitou compreender tanto os aspectos teóricos do crédito rural quanto a dinâmica empírica de sua distribuição no Amazonas durante o período analisado.

4. Discussão dos Resultados

4.1 Evolução do crédito rural no estado do Amazonas (2013–2024)

A evolução do crédito rural no estado do Amazonas entre 2013 e 2024 revela uma trajetória marcada por elevada volatilidade tanto no volume de recursos financiados quanto no número de operações realizadas (Tabela 1).

Tabela 1. Evolução do crédito rural no Estado do Amazonas (2013–2024)

Ano	Valor Total (em R\$ 1.000)	Nº de Projetos	Variação Anual (%)
2013	312.477,13	14.229	-
2014	361.953,60	8.681	15,83
2015	228.044,97	4.103	-37,00
2016	71.084,39	633	-68,83
2017	174.163,66	1.545	145,01
2018	186.189,05	1.089	6,90
2019	136.080,22	717	-26,91
2020	155.327,20	522	14,14
2021	239.935,01	1.419	54,47
2022	341.191,59	3.800	42,20
2023	398.599,20	2.704	16,83
2024	294.656,53	1.843	-26,08

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados extraídos do SICOR, 2025

Os dados indicam que, no início do período analisado, o crédito rural apresentava valores relativamente elevados, superiores a R\$ 300 milhões em 2013 e cerca de R\$ 362 milhões em 2014. Esse comportamento acompanha a expansão do crédito agrícola observada no Brasil durante a primeira metade da década de 2010, período caracterizado pelo fortalecimento das políticas de financiamento ao setor agropecuário e pela ampliação de programas voltados à agricultura familiar e aos médios produtores.

Entretanto, a partir de 2015 observa-se uma retração significativa no volume de recursos financiados. Entre 2014 e 2016, o crédito rural no Amazonas apresentou queda acentuada, atingindo aproximadamente R\$ 71 milhões em 2016, o menor valor registrado em todo o período analisado. Essa redução coincide com o contexto de recessão econômica enfrentado pela economia brasileira entre 2015 e 2016, quando diversos setores produtivos sofreram restrições de crédito e redução na disponibilidade de financiamento.

A retração observada não se limitou ao volume de recursos, mas também ao número de operações realizadas. Enquanto em 2013 foram registradas mais de 14 mil operações de crédito rural, em 2016 esse número caiu para apenas 633 contratos. Essa redução sugere que a

contração do crédito afetou principalmente operações de menor valor, frequentemente associadas à agricultura familiar e aos pequenos produtores. Estudos sobre a estrutura do crédito rural brasileiro apontam que regiões caracterizadas por menor densidade institucional e menor integração aos mercados tendem a apresentar maior instabilidade no acesso ao financiamento agrícola (Bacha, 2018).

A partir de 2017 observa-se um processo gradual de recuperação do crédito rural no estado. O volume de recursos financiados volta a crescer ao longo dos anos seguintes, com expansão mais significativa entre 2021 e 2023. Nesse período, o crédito rural ultrapassa novamente o patamar de R\$ 300 milhões anuais, alcançando aproximadamente R\$ 398 milhões em 2023, o maior valor observado na série analisada. Esse crescimento acompanha o desempenho positivo do setor agropecuário brasileiro nas últimas décadas e a ampliação das políticas públicas de financiamento agrícola (Gasques et al., 2023).

Apesar da recuperação no volume de recursos, o número de operações permanece significativamente inferior ao observado no início da série histórica. Esse resultado sugere possíveis mudanças no perfil das operações de crédito rural, com maior concentração em financiamentos de maior valor ou maior seletividade na concessão de crédito.

De forma geral, os resultados indicam que o comportamento do crédito rural no Amazonas reflete não apenas as condições macroeconômicas nacionais, mas também características estruturais da economia rural amazônica, marcada por grande dispersão territorial, limitações logísticas e reduzida presença de instituições financeiras especializadas no financiamento da produção agrícola.

4.2 Distribuição do crédito rural segundo finalidade

A análise da distribuição do crédito rural por finalidade evidencia forte concentração dos recursos nas modalidades tradicionais de financiamento da produção, especialmente nas operações de custeio e investimento, conforme apresentado na Tabela 2. Essas modalidades historicamente absorvem a maior parcela dos recursos destinados ao setor agropecuário brasileiro, uma vez que estão diretamente associadas ao financiamento das atividades produtivas e à aquisição de insumos, equipamentos e infraestrutura produtiva.

Tabela 2. Distribuição do crédito rural por finalidade no Estado do Amazonas (2013–2024)

Finalidade	Total de Recurso financiado		Operações financiadas		Valor médio (R\$ 1,00)
	Valor (R\$ reais)	Participação (%)	Número	Participação (%)	
Custeio	1.137.564,00	39,23	9.868	23,90	115,28
Investimento	1.059.063,35	36,52	25.190	61,01	42,04
Comercialização	670.853,53	23,14	6.212	15,05	107,99
Industrialização	32.221,67	1,11	15	0,04	2.148,11
Total	2.899.702,55	100,00	41.285	100,00	

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados extraídos do SICOR, 2025

Esse padrão de concentração é amplamente documentado na literatura sobre crédito rural no Brasil. Estudos indicam que as políticas de financiamento agrícola foram historicamente estruturadas para atender prioritariamente às necessidades de produção, privilegiando o financiamento das etapas iniciais da cadeia produtiva (Belik, 2015; Gasques et al., 2023).

Em contraste, as modalidades de crédito destinadas à comercialização e à industrialização apresentam participação significativamente menor no total de recursos financiados. Essa menor participação pode refletir tanto limitações estruturais das cadeias produtivas regionais quanto a menor presença de atividades agroindustriais no estado do Amazonas.

A literatura aponta que o crédito voltado à comercialização desempenha papel importante na organização dos mercados agrícolas, pois permite financiar operações de armazenamento, transporte e escoamento da produção. Da mesma forma, o crédito destinado à industrialização contribui para a agregação de valor à produção agropecuária e para o fortalecimento das cadeias agroindustriais (Buainain et al., 2014; Belik, 2015).

No contexto amazônico, essas modalidades de crédito podem assumir importância estratégica, uma vez que as limitações logísticas e a grande dispersão espacial dos produtores frequentemente dificultam o acesso aos mercados e reduzem a capacidade de agregação de valor à produção local. Assim, a baixa participação dessas modalidades pode representar um obstáculo adicional ao desenvolvimento das cadeias produtivas regionais.

4.3 Distribuição espacial do crédito rural entre os municípios do Amazonas

A análise da distribuição espacial do crédito rural revela forte concentração dos recursos em um número relativamente reduzido de municípios do estado do Amazonas, de acordo com

o apresentado na Tabela 3. Os municípios com maior volume de crédito rural concentram parcela significativa do total financiado, evidenciando um padrão de desigualdade territorial no acesso aos recursos.

Tabela 3. Municípios com maior volume de crédito rural no Estado do Amazonas (2013–2024)

Município	Nº operações	Valor total (em R\$ 1.000)	Crédito <i>per capita</i> rural (R\$ 1.000)	Participação estadual (%)
Manaus	1.795	422.455,27	235,35	19,55
Humaitá	594	269.557,47	453,80	12,47
Lábrea	913	188.608,36	206,58	8,73
Boca do Acre	3.056	175.487,40	57,42	8,12
Manicoré	1.840	135.608,39	73,70	6,28
Itacoatiara	2.592	122.056,48	47,09	5,65
Apuí	1.206	120.437,75	99,87	5,57
Rio Preto da Eva	866	77.680,74	89,70	3,59
Canutama	466	76.814,97	164,84	3,55
Manacapuru	2.481	62.770,39	25,30	2,90

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados extraídos do SICOR, 2025

Esse resultado é consistente com a literatura sobre políticas agrícolas no Brasil, que aponta a existência de assimetrias regionais e territoriais no acesso ao crédito rural (Bacha, 2018). Em geral, municípios que apresentam maior dinamismo econômico, melhor infraestrutura logística e maior integração aos mercados tendem a concentrar maior volume de financiamento agrícola.

No caso do Amazonas, essa concentração pode estar associada à presença de atividades agropecuárias mais estruturadas em determinados municípios, bem como à maior disponibilidade de serviços financeiros e assistência técnica nessas localidades. Municípios com maior presença de instituições bancárias, cooperativas de crédito ou organizações de apoio à produção rural tendem a apresentar maior capacidade de acesso aos instrumentos de financiamento.

Por outro lado, grande parte dos municípios amazônicos apresenta limitações estruturais que dificultam o acesso ao crédito rural, incluindo isolamento geográfico, baixa densidade populacional, infraestrutura precária e reduzida organização produtiva. Essas características contribuem para a concentração espacial do crédito e para a exclusão financeira de parte significativa dos produtores rurais.

A literatura também destaca que a presença de cadeias produtivas mais consolidadas tende a atrair maior volume de crédito rural, uma vez que os agentes financeiros percebem menor risco nas operações associadas a atividades economicamente mais estruturadas (Gasques et al., 2023). Dessa forma, a concentração do crédito em determinados municípios pode refletir não apenas fatores institucionais, mas também diferenças no grau de desenvolvimento das atividades agropecuárias locais.

4.4 Crédito rural destinado à comercialização e industrialização

A análise específica do crédito rural destinado às finalidades comercialização e industrialização permite compreender, de forma mais detalhada, o papel dessas modalidades na estrutura de financiamento do setor agropecuário no Amazonas.

Conforme apresentado na Tabela 4, a participação dessas modalidades no total de crédito rural apresenta forte variação ao longo do período analisado. Em alguns anos, como 2014 e 2015, o crédito destinado à comercialização representou parcela significativa do total financiado, atingindo participações superiores a 40%. Em outros anos, no entanto, essa participação foi bastante reduzida.

Tabela 4. Crédito rural destinado às finalidades comercialização e industrialização no Estado do Amazonas (2013–2024)

Ano	Comercialização		Industrialização		Participação no total (%)
	Valor total (R\$ 1.000)	Nº operações	Valor total (R\$ 1.000)	Nº operações	
2013	7.120,48	47	0,00	0	2,28
2014	157.526,89	1.689	0,00	0	43,52
2015	104.562,88	586	0,00	0	45,85
2016	18.885,04	3	0,00	0	26,57
2017	56.307,67	6	0,00	0	32,33
2018	19.681,89	7	628,75	1	10,91
2019	218,35	1	0,00	0	0,16
2020	0,00	0	7.431,79	3	4,78
2021	16.052,89	538	580,10	1	6,93
2022	91.108,75	2.144	0,00	0	26,70
2023	104.996,30	1.090	14.781,03	6	30,05
2024	94.392,39	101	8.800,00	4	35,02

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados extraídos do SICOR, 2025

Essa variabilidade sugere que o crédito destinado à comercialização pode estar associado à ocorrência de operações específicas de maior valor, possivelmente vinculadas a

determinadas cadeias produtivas ou agentes econômicos com maior capacidade de acesso ao sistema financeiro.

No caso da industrialização, os dados indicam participação extremamente limitada dessa modalidade no crédito rural do estado. Ao longo de todo o período analisado, foram registradas poucas operações destinadas ao financiamento de atividades de beneficiamento da produção agropecuária. A limitada participação dessas modalidades de financiamento também é apontada por estudos como um dos obstáculos ao fortalecimento das cadeias produtivas agroindustriais no meio rural brasileiro (Belik; Paulillo, 2001).

Esse resultado reforça a interpretação de que a estrutura de financiamento do setor rural no Amazonas permanece fortemente orientada para a produção primária, com baixa integração com atividades de agregação de valor e processamento da produção. Estudos sobre a economia rural amazônica indicam que a limitada presença de agroindústrias constitui um dos principais desafios para o desenvolvimento das cadeias produtivas regionais (Homma, 2014).

A reduzida presença de operações de crédito destinadas à industrialização da produção agropecuária também evidencia um dos principais desafios para o desenvolvimento rural na Amazônia: a limitada integração entre produção primária e atividades agroindustriais. Em regiões onde predominam sistemas produtivos baseados na comercialização de produtos *in natura*, grande parte do valor agregado ao longo da cadeia produtiva é capturada fora da região produtora. Dessa forma, a ampliação do crédito voltado à agroindustrialização pode desempenhar papel estratégico na promoção do desenvolvimento regional, contribuindo para a diversificação econômica, a geração de empregos e o fortalecimento das economias locais.

4.6 Distribuição municipal do crédito para comercialização e industrialização

A Tabela 6 apresenta a distribuição municipal das operações de crédito destinadas às finalidades de comercialização e industrialização, permitindo identificar os principais centros de financiamento dessas atividades no estado.

Tabela 6. Crédito rural destinado às finalidades comercialização e industrialização no Estado do Amazonas por município e atividade econômica (2013–2024)

Ano	Município	Comercialização				Industrialização			
		Agricultura		Pecuária		Agricultura		Pecuária	
		Valor (em R\$ 1.000)	No. Projetos	Valor (em R\$ 1.000)	No. Projetos	Valor (em R\$ 1.000)	No. Projetos	Valor (em R\$ 1.000)	No. Projetos
2013	Carauari	4.088,01	22	3.032,47	25	0	0	0	0
2014	Carauari	46.180,10	655	111.346,79	1.034	0	0	0	0
2015	Carauari	28.414,98	298	27.317,29	285	0	0	0	0
	Manaus	48.830,60	3	0	0	0	0	0	0
2016	Manaus	18.805,03	3	0	0	0	0	0	0
2017	Manaus	56.307,67	6	0	0	0	0	0	0
2018	Novo Aripuanã	0	0	0	0	628,75	1	0	0
	Manaus	15.644,53	5	4.037,36	2	0	0	0	0
2019	Manaus	218,35	1	0	0	0	0	0	0
2020	Manicoré	0	0	0	0	127,69	1	0	0
	Manaus	0	0	0	0	0	0	6.384,70	1
	Itanduba	0	0	0	0	0	0	919,4	1
2021	Coari	0	0	0	0	0	0	580,1	1
	Manaus	2.321,46	3	13.731,43	535	0	0	0	0
2022	Manaus	0	0	91.108,75	2.144	0	0	2.600,00	1
2023	Rio Preto da Eva	0	0	0	0	3.249,73	3	7.338,10	1
	Manaus	0	0	104.996,30	1.090	4.193,20	2	0	0
2024	Manacapuru	0	0	0	0	200	1	0	0
	Rio Preto da Eva	0	0	0	0	2.000,00	1	0	0
	Manaus	0	0	94.392,39	101	4.000,00	1	0	0
Total		220.810,73	996	449.962,78	5.216	14.399,37	10	17.822,30	5

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados extraídos do SICOR, 2025

Os resultados indicam forte concentração das operações em poucos municípios, especialmente Manaus e Carauari. Essa concentração sugere que o acesso ao crédito para as finalidades comercialização e industrialização está associado à presença de agentes econômicos com maior capacidade organizacional e maior inserção nos mercados. Estudos sobre crédito rural no Brasil destacam que o acesso ao financiamento agrícola frequentemente apresenta padrões de desigualdade regional, refletindo diferenças na estrutura produtiva, na presença institucional e na organização dos produtores rurais (Amaral, Bacha, 2025).

No caso do Amazonas, os resultados indicam que o crédito rural destinado às etapas posteriores da cadeia produtiva permanece concentrado em poucos municípios e em número reduzido de operações, o que pode limitar o desenvolvimento de cadeias agroindustriais regionais mais dinâmicas.

Em síntese, os resultados apresentados evidenciam que a estrutura do crédito rural no Amazonas apresenta três características centrais: elevada flutuação temporal no volume de recursos financiados, forte concentração das operações nas finalidade custeio e investimento e baixa participação do crédito destinado à agregação de valor nas cadeias produtivas agropecuárias.

Assim, a análise realizada ao longo desta seção permitiu identificar padrões relevantes na evolução, composição e distribuição espacial do crédito rural no estado do Amazonas. Os resultados evidenciam não apenas a dinâmica temporal das operações de financiamento agrícola, mas também importantes assimetrias territoriais e setoriais no acesso aos recursos disponíveis. Tais evidências reforçam a importância do crédito rural como instrumento de política pública capaz de influenciar a organização produtiva do meio rural e a trajetória de desenvolvimento das economias locais.

Ao mesmo tempo, os achados do estudo indicam limitações e desafios relacionados à distribuição dos recursos e à baixa participação de modalidades voltadas à agregação de valor nas cadeias produtivas. A partir dessas evidências empíricas, a próxima seção apresenta as principais conclusões do estudo, destacando suas contribuições para o debate acadêmico e para a formulação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural na Amazônia.

5. Considerações finais

O presente estudo analisou a dinâmica do crédito rural no estado do Amazonas, considerando a evolução temporal das operações, sua distribuição por finalidade econômica e a distribuição espacial dos recursos entre os municípios do estado. A partir da análise dos dados do Sistema de Operações do Crédito Rural (SICOR), foi possível identificar padrões relevantes na estrutura de financiamento da atividade agropecuária regional, evidenciando características específicas da política de crédito rural em um contexto amazônico.

Os resultados indicam que o volume de crédito rural apresenta variações ao longo do período analisado, refletindo tanto mudanças nas diretrizes da política agrícola quanto oscilações nas condições econômicas e institucionais que influenciam o acesso dos produtores aos recursos financeiros. Esse comportamento é consistente com os estudos sobre financiamento agrícola no Brasil, que destacam o papel central do crédito rural como instrumento de política pública para viabilizar o financiamento da produção agropecuária, sobretudo em regiões onde os produtores enfrentam maiores restrições de acesso ao mercado de crédito privado.

No que se refere à composição das operações por finalidade, verificou-se forte concentração nas finalidades custeio e investimento, que historicamente constituem os principais instrumentos de financiamento da produção agropecuária no país. Esse padrão é coerente com o desenho institucional do Sistema Nacional de Crédito Rural, que prioriza o financiamento das etapas diretamente relacionadas ao processo produtivo.

Entretanto, os resultados também evidenciam a reduzida participação das operações voltadas à comercialização e à industrialização da produção agrícola. Tal característica sugere limitações na capacidade do crédito rural de estimular processos de agregação de valor nas cadeias produtivas regionais, aspecto frequentemente apontado em diversos estudos como um dos desafios para o fortalecimento do desenvolvimento rural em regiões periféricas.

Em relação à distribuição espacial do crédito rural, a análise revelou significativa concentração das operações em determinados municípios do estado. Esse resultado sugere que o acesso ao financiamento pode estar associado a fatores como a estrutura produtiva local, o grau de organização dos produtores, a presença de cadeias produtivas mais estruturadas e a disponibilidade de instituições financeiras no território. Em regiões como a Amazônia, caracterizadas por grande dispersão territorial e limitações de infraestrutura institucional, esses fatores tendem a influenciar de forma significativa a capacidade dos produtores rurais de acessar instrumentos de financiamento agrícola. Estudos sobre desenvolvimento rural e políticas agrícolas indicam que a presença de assimetrias territoriais pode limitar o alcance das políticas de financiamento, contribuindo para a concentração dos recursos em áreas com maior dinamismo econômico e melhor integração aos mercados.

Nesse contexto, os resultados do estudo indicam que, embora o crédito rural desempenhe papel relevante no financiamento da produção agropecuária no Amazonas, ainda existem desafios relacionados à ampliação do acesso aos recursos e à diversificação das finalidades de financiamento disponíveis. A ampliação das operações destinadas à comercialização e à industrialização, por exemplo, poderia contribuir para fortalecer cadeias produtivas regionais, promover maior agregação de valor à produção e estimular a geração de renda no meio rural.

Do ponto de vista das políticas públicas, os achados sugerem a necessidade de estratégias voltadas à ampliação da inclusão financeira rural e à redução das desigualdades territoriais no acesso ao crédito, por meio do fortalecimento da presença institucional de agentes financeiros em regiões pouco atendidas, do incentivo à organização coletiva dos produtores e do desenvolvimento de instrumentos de financiamento adaptados às especificidades produtivas da Amazônia.

Além dessas implicações para as políticas públicas, o estudo também apresenta contribuições para a literatura econômica ao ampliar o conjunto de evidências empíricas sobre a dinâmica do crédito rural em regiões amazônicas, tema ainda relativamente pouco explorado em comparação com outras regiões do país. Ao analisar simultaneamente a evolução temporal,

a composição funcional e a distribuição espacial das operações de crédito rural, o trabalho oferece uma abordagem integrada que permite compreender de forma mais abrangente o papel desse instrumento de política pública no contexto do desenvolvimento rural regional.

Por fim, cabe destacar que o estudo apresenta algumas limitações que podem ser exploradas em pesquisas futuras. Entre elas destaca-se a ausência de análises econométricas capazes de identificar de forma mais direta os fatores determinantes da distribuição territorial do crédito rural ou seus efeitos sobre indicadores de produção, renda ou emprego no meio rural. Investigações futuras podem avançar nessa direção por meio da aplicação de modelos econométricos ou análises espaciais que permitam avaliar com maior profundidade os efeitos do crédito rural sobre o desenvolvimento das economias locais.

Em síntese, os resultados reforçam a importância do crédito rural como instrumento estratégico da política agrícola brasileira e evidenciam a necessidade de aperfeiçoamentos institucionais que ampliem sua capacidade de promover um desenvolvimento rural mais inclusivo e territorialmente equilibrado na Amazônia.

Referências

AMARAL, F.J.G. do; BACHA, C.J.C. Evolução do crédito rural no Brasil de 1969 a 2023. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 29, 2025. p. 1-30.

BACHA, C.J.C. **Economia e política agrícola no Brasil**. São Paulo: Editora Alínea, 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. **Anuário Estatístico do Crédito Rural**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2023.

BELIK, W. O financiamento da agropecuária brasileira no período recente. Brasília: Ipea, 2015. (Texto para Discussão, 2028).

BELIK, W.; PAULILLO, L. F. Mudanças no Financiamento da Produção Agrícola Brasileira. In: Leite, S.P. **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2001. p. 95–120

BITTENCOURT, G.A. **Abrindo a caixa preta do crédito rural**. Campinas: UNICAMP, 2003.

BUAINAIN, A.M. et al. **O mundo rural no Brasil do século XXI: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília/Campinas: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária/Instituto de Economia da Unicamp, 2014.

COSTA, E.M.; VIEIRA FILHO, J.E.R. Choque de oferta no crédito rural e seu impacto produtivo na agricultura brasileira. In: SACHSIDA, A. (Org.). **Políticas públicas: avaliando mais de meio trilhão de Reais em gastos públicos**. Brasília: Ipea, 2018. p. 207–224.

DELGADO, G.C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

GASQUES, J.G. et al. **Produtividade da agricultura brasileira**. Brasília: IPEA, 2023.

GASQUES, J.G.; BASTOS, E.; BACCHI, M.; VALDES, C... **Crescimento e produtividade da agricultura brasileira**. In: Vieira Filho, J.E.R; Gasques, J.G. Uma jornada pelos contrastes do Brasil: cem anos do Censo Agropecuário. Brasília: IPEA, IBGE, 2020. p. 107-119

HOMMA, A. K. O. **Extrativismo vegetal na Amazônia: história, ecologia, economia e domesticação**. Brasília: Embrapa, 2014.

LOPES, D.; LOWERY, S.; PEROBA, T. L. C. Crédito Rural no Brasil: desafios e oportunidades para a promoção da agropecuária sustentável. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, n. 45, p. 155-196, jun. 2016.

MATTEI, L. Políticas públicas de apoio à agricultura familiar: o caso recente do PRONAF no Brasil. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 35, n. 1, p. 6-20, 2015.

MUELLER, C.C. A política agrícola no Brasil - Uma visão de longo prazo. **Revista de Política Agrícola**, 19(5), 2010 p. 9-23

SCHNEIDER, S. Reflexões sobre diversidade e diversificação: agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **Revista Ruris**, Campinas, v. 4, n. 1, p. 85–131, 2010.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. A agricultura familiar no Brasil. Santiago, Chile: Rimisp, 2013 (Serie Documentos de Trabajo, nº 145)

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015.

VIEIRA FILHO, J.E.R; FISHLOW, A. **Agricultura e indústria no Brasil: inovação e competitividade**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2017.

VIEIRA FILHO, J.E.R; GASQUES, J.G. **Agricultura, transformação produtiva e sustentabilidade**. Brasília: IPEA, 2016.